



## RELACI – 3.2.24 (FME)

### RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno

**Unidade Gestora:** Fundo Municipal de Educação (FME)

**Gestor responsável:** Vanderson Valadares de Campos

**Exercício:** 2022

#### 1. INTRODUÇÃO

A Unidade Central de Controle Interno elaborou o **Plano Anual de Atividades (PAA)** e o **Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI)**, para o exercício de 2022, no dia 24/03/2022, o qual foi enviado ao Chefe do Poder Executivo e, posteriormente, aprovado, tendo como destaque a realização de auditorias nas unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Alegre, bem como em suas Autarquias, conforme Lei nº 3.582/2020, assim como nas normas específicas do TCE-ES (Instrução Normativa nº 68/2020 e Resolução nº 227/2011).

No entanto, a execução das atividades da Unidade Central de Controle Interno, no exercício de 2022, foi prejudicada devido ao baixo quantitativo de servidores (conforme demonstrado no quando de pessoal abaixo).

Além disso, surgiram novas demandas, como atendimentos às notificações dos órgãos de controle externo, especialmente do TCE-ES (ações de controle interno; transparência nos recursos públicos; recomendações quanto às novas legislações, etc.).

##### 1.1. Quadro de Pessoal da Unidade Central de Controle Interno

No exercício de 2022 para as atividades da UCCI foram disponibilizados somente 04 (quatro) servidores municipais, conforme abaixo:

Cargos	2022	Decreto de nomeação	Data da nomeação
Controlador Geral do Município	01	11.581/2020	01/04/2020
Superintendente de Controle Interno	01	12.233/2021	01/06/2021
Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados	01	n/a	n/a
Superintendente de Ouvidoria e Participação Social	01	11.678/2020	01/04/2020
Diretoria de Integridade e Transparência	01	12.633/2022	19/05/2022 Exonerado a pedido em: 31/08/2022



Ressaltamos que a organização administrativa do Município de Alegre adota a técnica da divisão de sua administração pública em administração direta (composta de órgãos públicos despersonalizados) e administração indireta (composta de entidades jurídicas dotadas de personalidade jurídica própria), através do processo da desconcentração e da descentralização administrativa.

Com isso, no âmbito do Poder Executivo Municipal, existem 04 (quatro) Unidades Gestoras, são elas: 1- Prefeitura Municipal de Alegre; 2- Fundo Municipal de Assistência Social; 3- Fundo Municipal de Educação; e, 4- Fundo Municipal de Saúde, assim como outras 03 (três) Autarquias Municipais, quais sejam: 1- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA); 2- Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre (IPASMA); e, 3- Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alegre (SAAE).

Sendo assim, a UCCI é responsável por exercer o controle interno em 07 (sete) UG's, contando com poucos servidores, bem como de emitir, neste momento, o total de 15 (quinze) relatórios de controle interno (RELACI, RELOCI e RELUCI) e 07 (sete) arquivos estruturados (INFOCI), o que se mostra completamente desproporcional, já que o trabalho exigido é superior à mão de obra disponibilizada.

## 2. ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2022

### 2.1. Plano Anual de Atividades – PAA 2022

#### - Controlador Geral do Município – CGM

Controladoria Geral do Município			
Atividade	Objeto	Tema Central	Tipo de Ação
01	Demandas Internas	Análises de demandas internas	1. Análises de demandas por solicitação do Exmo. Prefeito ou dos Ordenadores de Despesas, podendo resultar em abertura de trabalhos específicos de auditoria; 2. Análises de processos, por solicitação das Autarquias e/ou Secretarias Executivas, com emissão de parecer técnico, a fim de subsidiar o gestor na tomada de decisão; 3. Orientações aos técnicos das UG's em demandas pontuais, com estudos técnicos.
02	Demandas Externas (TCE, MP, MPC, CGU e TCU)	Análises de demandas externas	1. Atendimento às notificações e citações dos Órgãos de Controle Externo; 2. Diligências às solicitações do TCE-ES em relação ao Prefeito ou dos Gestores Ordenadores de Despesas; 3. Atendimento às demandas do MP-ES e do MPC-ES; 4. Acompanhamento de prazos das solicitações dos Órgãos de Controle Externo (TCE-ES, MP-ES, MPC-ES, CGU e TCU);



			5. Atendimento e acompanhamento às determinações e recomendações do TCE-ES, cujo resultado da ação será ponto de análise da PCA.
03	Outras Demandas	PAA	1. Acompanhamento da execução do PAA.
04	Prestação de Contas Anuais	PCA	1. Elaboração dos Relatórios e pareceres conclusivos (RELACI, RELUCI e INFOCI) sobre as contas das Autarquias e das UG's; 2. Elaboração do Relatório e parecer conclusivo sobre as contas do Prefeito (RELOCI, RELACI e INFOCI).
05	Prestação de Contas Mensal	PCM	1. Homologação do Rol de Responsáveis.
06	Tomada de Contas Especial	TCE	1. Controle e instituição de prazos; 2. Elaboração de parecer conclusivo (IN 32/2014 TCE-ES).
07	Auditorias	PAAI	1. Acompanhamento da execução do PAAI.

- Superintendência de Controle Interno – SCI

Superintendência de Controle Interno			
Atividade	Objeto	Tema Central	Tipo de Ação
01	Monitoramento e Fiscalização dos Instrumentos de Planejamento (PPA, LDO e LOA)	Anual	1. Verificar a correta apresentação dos Instrumentos em face às exigências legais (prazos e transparência).
02	Relatórios de Execução Orçamentária – RREO	Bimestral	1. Monitorar atendimento de prazos.
03	Relatórios de Gestão Fiscal – RGF	Quadrimestral / Semestral	1. Monitorar atendimento de prazos; 2. Fiscalização da gestão fiscal (controle da despesa com pessoal, informando imediatamente ao Prefeito Municipal, caso constatado descumprimento dos limites previstos na LRF).
04	Outras Demandas	PAA	1. Execução do PAA.
05	Auditorias	PAAI	1. Execução do PAAI.
06	Ações de Integridade	Revisão de Normas de controle interno (Res. 227/2011 TCE-ES)  Metodologias ágeis no contexto da administração pública	1. Revisão de normas já existentes e elaboração de outras por demanda das Secretarias; 2. Reuniões de orientação às Secretarias para elaboração e/ou atualização das normas; 3. Estudo de viabilidade para aplicação de Metodologias ágeis no contexto da administração pública.

- Superintendência de Ouvidoria e Participação Social – SOPS

Superintendência de Ouvidoria e Participação Social			
Atividade	Objeto	Tema Central	Tipo de Ação
01	Ações de Transparência / Controle Social	Portal Transparência	1. Monitoramento da inserção das informações, com a elaboração e aplicação de Checklist; 2. Notificação às Secretarias para atendimento de maneira imediata; 3. Se a situação da Secretaria permanecer inalterada, realizar reunião com os agentes envolvidos, na qual serão estabelecidos prazos para regularização da situação;



			4. Orientações aos técnicos das Secretarias para inserção das informações; 5. Solicitação de aperfeiçoamento do Portal junto à empresa contratada, conforme demandas dos órgãos de controle externo; 6. Monitoramento da inserção das informações atualizadas por parte das Secretarias; 7. Notificação às Secretarias envolvidas para atendimento aos quesitos de transparência exigidos pelos órgãos de controle.
02	Ações de Transparência / Controle Social	Ouvidoria Municipal	1. Monitoramento dos prazos de atendimento e solicitações via Sistema; 2. Atendimento ao cidadão presencial, via telefone e via Plataforma Fala.BR; 3. Auxílio na resolução de demandas junto às Secretarias; 4. Elaboração anual dos seguintes relatórios: Estatístico de Ouvidoria e Estatístico do e-Sic (com ampla publicidade).
03	Ações de Integridade	Programa TIME Brasil – CGU Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – TCU	1. Coordenar as atividades relacionadas aos Programas TIME Brasil (CGU) e PNPC (TCU).

#### 2.1.1. Atividades em Destaque – PAA 2022

#### 2.1.2. Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas

#### 2.1.3. Prestação de Contas Mensal – PCM (2022)

A UCCI atua no monitoramento do envio da Prestação de Contas Mensal (PCM) ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES),<sup>1</sup> além de ser responsável por informar à Corte o rol de responsáveis das Unidades Gestoras, por meio do sistema CidadES.

Para isso, é realizado um intenso trabalho de acompanhamento quanto aos prazos estabelecidos no Calendário de Obrigações do TCE-ES para o lançamento das informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias e de controle no sistema CidadES.

Situação do envio de remessas ao TCE-ES – FME Exercício de 2022	
<b>Janeiro</b>	Remessa homologada em 18/02/2022
<b>Fevereiro</b>	Remessa homologada em 10/03/2022
<b>Março</b>	Remessa homologada em 11/04/2022
<b>Abril</b>	Remessa homologada em 10/05/2022

<sup>1</sup> Remessa e processamento dos dados referentes à abertura do exercício e às prestações de contas mensais dos jurisdicionados. Seguindo as datas determinadas pelo TCE-ES, o gestor deve lhe encaminhar as peças de planejamento (PPA, LDO e LOA), suas atualizações, além das informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias e de controle.



<b>Maio</b>	Remessa homologada com atraso em 09/07/2022
<b>Junho</b>	Remessa homologada em 11/07/2022
<b>Julho</b>	Remessa homologada em 09/08/2022
<b>Agosto</b>	Remessa homologada em 09/09/2022
<b>Setembro</b>	Remessa homologada em 10/10/2022
<b>Outubro</b>	Remessa homologada em 10/11/2022
<b>Novembro</b>	Remessa homologada em 12/12/2022
<b>Dezembro</b>	Remessa homologada em 09/02/2023

Para o exercício de 2022 não há remessas pendentes de dados de PCM junto ao TCE-ES.

#### **2.1.4. Prestação de Contas Anual – PCA (2022)**

A UCCI, conforme determina a Lei nº 3.582/2020, e normas específicas do TCE-ES (Instrução Normativa nº 68/2020 e Resolução nº 227/2011), é responsável por emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pela Prefeitura Municipal, Unidades Gestoras e Autarquias Municipais.<sup>2</sup>

No primeiro trimestre do exercício de 2023 a UCCI examinou, conforme a competência e formação acadêmica do seu quadro de pessoal, os documentos que compõe a Prestação de Contas Anual (PCA) da Prefeitura Municipal, bem como das Unidades Gestoras e das Autarquias Municipais, relativo ao exercício de 2022, resultando na emissão de 15 (quinze) relatórios de controle interno e 07 (sete) arquivos estruturados.

O objetivo foi de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, conforme determina o artigo 74, inciso IV, da Constituição Federal, bem como avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Prefeitura Municipal de Alegre.

#### **2.1.5. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal (RREO e RGF – 2022)**

O **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)** ajuda a compreender a situação fiscal do município, com dados sobre a execução orçamentária da receita e da despesa. A publicação do RREO é exigência da Constituição Federal prevista em seu artigo

<sup>2</sup> Conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional que permita a emissão de parecer prévio avaliando a gestão política do Chefe do Poder Executivo ou o julgamento, manifestado por meio de acórdão, sobre as contas dos ordenadores de despesas.



165, §3º, e as normas para sua elaboração e publicação foram estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O **Relatório de Gestão Fiscal (RGF)** é um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal criados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O RGF objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF: despesas com pessoal, dívida consolidada líquida, concessão de garantias e contratação de operações de crédito.

Vale ressaltar a existência de prazos para a emissão e publicação dos supramencionados instrumentos de transparência da gestão fiscal, quais sejam:

INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL	PERÍODO	PRAZO LIMITE PARA PUBLICAÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
RREO	1º Bimestre	30 de março	Art. 52 da LRF
	2º Bimestre	30 de maio	
	3º Bimestre	30 de julho	
	4º Bimestre	30 de setembro	
	5º Bimestre	30 de novembro	
	6º Bimestre	30 de janeiro do exercício seguinte	
RGF	1º Quadrimestre	30 de maio	Art. 55, § 2º c/c 63, II, "b", da LRF
	1º Semestre*	30 de julho	
	2º Quadrimestre	30 de setembro	
	3º Quadrimestre	30 de janeiro do exercício seguinte	
	2º Semestre*	30 de janeiro do exercício seguinte	

\*Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optarem por divulgar **semestralmente** o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do art. 63 da LRF.

Importante mencionar que, por intermédio do OFÍCIO Nº 057/2022 – UCCI / GABINETE / SEFIP, foi encaminhado aos agentes envolvidos um cronograma informativo a fim de facilitar a fiscalização e monitoramento das atividades.

Além disso, a Unidade Central de Controle Interno promoveu, diligentemente, alertas periódicos à Secretaria Executiva de Finanças e Planejamento para a observância dos prazos de publicação dos relatórios em questão, cumprindo, assim, as funções descritas no artigo 70 da Lei Orgânica Municipal.

#### 2.1.6. Instrumentos de Planejamento – PPA, LDO e LOA (2022)

Como marco inicial, foi encaminhado o OFÍCIO Nº 082/2022 - UCCI / GABINETE / SEFIP, com data de 18/04/2022, direcionado ao Prefeito Municipal e, também, ao Secretário Executivo de Finanças e Planejamento, indicando o prazo para encaminhamento do projeto





de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício financeiro de 2023 ao legislativo municipal, qual seja, 30/04/2022.

Agindo de forma diligente, o Executivo Municipal encaminhou o Projeto de Lei nº 017/2022 para a Câmara Municipal no dia 29/04/2022, atendendo ao disposto no art. 3º, § 5º, do Regimento Interno do Poder Legislativo Alegrense.

Do mesmo modo que a legislação fixa prazo para o encaminhamento do projeto de lei ao legislativo, também fixa para a devolução e sanção daquele, cujo prazo limite vence em 30/06/2022.

Vale destacar que o prazo anteriormente indicado fora devidamente observado, tendo a Lei nº 3.719/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2023) sido sancionada no dia 28/06/2022.

Quanto à Lei Orçamentária Anual (LOA), a Unidade Central de Controle Interno encaminhou o OFÍCIO Nº 249/2022 - UCCI / GAB / SEFIP, com data de 14/09/2022, alertando sobre o dever de encaminhar, ao legislativo municipal, o projeto de lei estimando a receita e fixando as despesas para o exercício de 2023, cujo prazo encerrou em 30/09/2022, sendo devidamente cumprido por meio do Projeto de Lei nº 045/2022, encaminhado para a Câmara dos Vereadores na data limite acima mencionada.

Por fim, no que tange a devolução e sanção da retromencionada lei orçamentária, foi encaminhado, por esta UCCI, o OFÍCIO Nº 317/2022 - UCCI / GAB / SEFIP, com data de 07/12/2022, alertando sobre o prazo do dia 20/12/2022, o qual foi devidamente observado, sendo a Lei nº 3.751/2022 sancionada na data limite para tanto.

Infere-se, assim, que o Executivo Municipal observou diligentemente os prazos previamente estabelecidos, sancionando a contento as supramencionadas leis que dispõem sobre os imprescindíveis instrumentos de planejamento orçamentário.

Assim agindo, a Unidade Central de Controle Interno cumpriu seu papel monitorando e fiscalizando as atividades voltadas aos instrumentos de planejamento, não havendo nada mais a ser realizado a respeito.

#### **2.1.7. Revisão de Normas de Controle Interno (Resolução nº 227/2011) e Aplicação de Metodologias Ágeis**



A normatização ou revisão das instruções normativas existentes demandam considerável tempo e disponibilidade não apenas da Unidade Central de Controle Interno, mas, também, dos demais setores envolvidos. Tempo este que foi comprometido em razão de diversas determinações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo para a instauração de procedimentos visando a apuração e ressarcimento de eventuais danos ao erário, sendo tais procedimentos denominados de Tomada de Contas Especial.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Alegre existem 11 (onze) Tomadas de Contas Especiais em tramitação, sendo 3 (três) delas em relação à atos de gestão envolvendo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre - FAFIA, e as 8 (oito) demais envolvendo assuntos previdenciários entre Prefeitura e o Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre - IPASMA.

Noutro bordo, quanto a utilização de metodologia ágil no contexto da administração pública, o estudo para sua implementação foi igualmente comprometido em virtude das Tomadas de Contas Especiais citadas acima. Contudo, no exercício de 2022, foi dado início a utilização do Trello, que se trata de uma ferramenta visual que possibilita, de maneira coletiva, o gerenciamento de qualquer tipo de projeto, fluxo de trabalho ou monitoramento de tarefas. Permitindo a criação de checklists, fixação de prazos, bem como a automação na organização das atividades, otimizando o controle sobre o trabalho desempenhado na execução dos planos de atividades e auditorias estabelecidas para o exercício.

Vale, por fim, ressaltar que, no exercício de 2023, será instaurado novo procedimento para revisão de normas e estudo para aplicação de metodologia ágil no contexto da administração pública, vez que é objetivo desta Unidade Central de Controle Interno promover a atualização das normas procedimentais dos demais sistemas administrativos que compõem a estrutura municipal, bem como aperfeiçoar e otimizar as atividades desenvolvidas.

## **2.1.8. Transparência e Acesso à Informação (2022)**

### **2.1.9. Portal da Transparência**

No que se refere às ações de transparência, a SOPS colaborou para constantes melhorias no Portal da Transparência, a começar pela elaboração de checklists com avaliações periódicas de acordo com a metodologia do ITGP – Índice de Transparência e Governança Pública, na área da saúde e geral, com a publicação dos levantamentos realizados no Portal da Transparência, conforme link:

<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=382>





Notificou as Secretarias para providenciar lançamentos e adequações no Portal da Transparência, orientou de forma técnica os gestores para inserção das informações no Portal, notificou a manterem atualizadas suas respectivas páginas e menus no Portal da Transparência, recomendou ainda, o cumprimento das metas pactuadas nos Programas aderidos que envolvem ações de Transparência, Integridade e Participação Social.

De forma colaborativa, ainda realizou publicações de documentos em Menus no Portal da Transparência, como Conselhos Municipais, Integridade, Carta de Serviços, Controle Interno, Saúde, Educação, Repasses e Institucional.

#### **2.1.10. Ouvidoria Municipal (Fala.BR)**

A Ouvidoria, no uso de suas atribuições, recebe, classifica, trata e responde as manifestações típicas de Ouvidoria, fixadas pela Lei nº 13.460/2017 (elogios, sugestões, solicitações, reclamações e demais pronunciamentos de usuários), conforme estabelecido na Lei Municipal nº 3.455/2021, assim como as manifestações relativas ao Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR), presencialmente, na sede da Unidade Central de Controle Interno, Telefone ou via e-mail (ouvidoria@alegre.es.gov.br), alertando diligentemente os gestores quando identificados eventuais atrasos e inobservância dos prazo fixados nas legislações aplicáveis.

##### **2.1.10.1. Relatório Estatístico Ouvidoria (2022)**

Encontra-se disponível no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre o **Relatório Estatístico da Ouvidoria Municipal**, contendo dados relativos às atividades desenvolvidas no exercício de 2022.

Relatórios de Ouvidoria:

<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=480>

##### **2.1.10.2. Relatório Estatístico e-SIC (2022)**

Encontra-se disponível no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre o **Relatório Estatístico do e-SIC**, contendo dados relativos aos pedidos de Acesso à Informação no exercício de 2022.

Relatórios do e-SIC:



<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=39>

Foi implementado o Menu “Ouvidoria Municipal” no Portal da Transparência, com objetivo de reunir as competências e ações realizadas pela Ouvidoria, como a divulgação de seus relatórios, cartas de serviços, legislações, dúvidas frequentes, a fim de facilitar ao usuário o amplo acesso das informações, em homenagem aos princípios da Eficiência e Publicidade da Administração Pública.

Menu Ouvidoria Municipal:

<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/ouvidoria.aspx>

## **2.1.11. Ações de Integridade e Combate à Corrupção (2022)**

### **2.1.11.1. Programa Time Brasil – CGU**

A UCCI atuou, no exercício de 2022, junto à Controladoria-Geral da União (CGU), no **Programa Time Brasil**, com metas pactuadas para avanços na gestão pública nos eixos de Transparência, Integridade e Participação Social.

EIXO	OBJETIVOS
<b>Transparência</b>	Ações que fomentam a facilidade de acesso às informações, a abrangência e atualização das informações e a implementação dos normativos de transparência e acesso à informação.
<b>Integridade</b>	Ações que fomentam o fortalecimento das funções de controle interno, o planejamento de iniciativas de prevenção da corrupção e de promoção da ética e da integridade no município.
<b>Participação Social</b>	Ações que fomentam a participação ativa da comunidade, o controle social, a educação cidadã e a interação com a sociedade.

Os documentos relacionados ao Programa Time Brasil, tais como: Termo de Adesão; Criação de Grupo de Trabalho; Detalhamento Inicial do Plano de Ação e Cronograma de Trabalho estão disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre:

<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=244>

### **2.1.11.2. Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – TCU**

A UCCI atuou, no exercício de 2022, junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), no **Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC)**, o qual é um projeto colaborativo



que tem como principal objetivo mobilizar as instituições de controle, suas redes constituídas e gestores públicos em uma estratégia para combater a corrupção em resposta aos anseios da sociedade.

<https://www.rededecontrole.gov.br/verifique-adesao-pnpc/>

### 2.1.11.3. Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

A UCCI, no exercício de 2022, atuou na Política de Privacidade e na LGPD no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Alegre-ES.

No site da Prefeitura Municipal de Alegre consta toda a atuação em relação à LGPD:

<https://alegre.es.gov.br/servicos/lgpd-protecao-de-dados/>

Através da Portaria nº 4.427/2021 o Controlador Geral do Município foi designado como Encarregado de Dados (Data Protection Officer – DPO), para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

### 2.1.12. Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos (2022)

Os servidores da UCCI participaram, durante o exercício de 2022, de cursos, palestras e treinamentos pertinentes às suas atribuições, conforme quadros abaixo:

#### Kassio Valadares Amorim / Controlador Geral do Município

Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos	
Curso "Atuação do Controle Interno sobre as Demonstrações Contábeis", realizado no dia 08 de novembro de 2022, de 08h30 às 12h30, com carga horária de 04 horas, parte integrante do "Enfoc 2022 - Encontro de Formação e Controle"	Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Curso "Controle Interno - Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES na PCA de 2021. Ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI E INFOCI" nas datas de 15 e 16 de fevereiro de 2022, com carga horária de 16 horas.	Fundação Espírito Santense de Tecnologia (FEST)



Curso "Tomada de Contas Especial" nas datas de 26 e 27 de Abril de 2022, com carga horária de 16 horas.	Fundação Espírito Santense de Tecnologia (FEST)
Curso "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos", nas datas de 17 e 18 de Março de 2022, com carga horária de 16 horas.	Fundação Espírito Santense de Tecnologia (FEST)
Curso de Controle e Auditoria – O modelo de 3 linhas nas Licitações e Contratos Públicos, nos dias 15 e 16/09/2022, 16 horas.	STAFF – Consultoria, Treinamentos e Produção de Eventos
Curso "Transparência Pública - Avaliação de Portais da Transparência Planejamento, Implantação e Gestão de Ouvidoria e Carta de Serviços ao Usuário" nas datas de 09 e 10 de março de 2022, com carga horária de 16 horas.	Fundação Espírito Santense de Tecnologia (FEST)
Curso "Como gerar o arquivo INFOCI conforme Anexo III da IN 68, que deve ser enviado junto a prestação de contas anual", no dia 03/03/2022, com carga horária de 1 hora.	EL Produção de Softwares
Evento "Lançamento do Relatório de Transformação Digital Municipal", no dia 18/05/2022, com carga horária de 1:15 horas.	GOVE
Curso "LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD", realizado nos dias 09 e 10 de novembro de 2022, de 08h30 às 17h30, com carga horária de 16 horas.	Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

**Ronney Milanez Baldotto / Superintendente de Controle Interno**

Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos	
Controle Interno - Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES na PCA de 2021. Ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI E INFOCI, ministrado pelos Instrutores, Magaly Nunes do Nascimento e Marcelo Rodrigues da Rosa, com carga horária de 16 horas, nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2022	Fundação Espírito-santense de Tecnologia - FEST



Live INFOCI - Como gerar o arquivo INFOCI conforme o anexo III da IN 68, que deve ser enviado junto a prestação de contas anual (PCA), ministrado pela área técnica responsável, com carga horária de 1 hora, no dia 03 de março de 2022.	E&L Produções de Software
Transparência Pública - Avaliação de Portais da Transparência Planejamento, Implantação e Gestão de Ouvidoria e Carta de Serviços ao Usuário, ministrado pelo Instrutor, Ricardo Monteiro Oliveira, com carga horária de 16 horas, nos dias 09 e 10 de março de 2022.	Fundação Espírito-santense de Tecnologia - FEST
Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, ministrado pelo Instrutor, Alexandre Amorim, com carga horária de 16 horas, nos dias 17 e 18 de março de 2022.	Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST
Tomada de Contas Especial, ministrado pelo Instrutor, Marcelo Rodrigues da Rosa, com carga horária de 16 horas, nos dias 26 e 27 de abril de 2022.	Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST
Controle e Auditoria - O modelo de 3 linhas nas Licitações e Contratos Públicos, ministrado pelo Instrutor, Marcelo Antunes, com carga horária de 16 horas, nos dias 15 e 16 de setembro de 2022.	Staff Consultoria, Treinamentos e Produção de Eventos
Atuação do Controle Interno sobre as Demonstrações Contábeis - ENFOC 2022 - Polo Alegre, ministrado pelo Instrutor, Rodrigo Lubiana Zanotti, com carga horária de 4 horas, no dia 8 de novembro de 2022.	Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD - ENFOC 2022 - Polo Alegre, ministrado pelo Instrutor, Durval Senna da Silva, com carga horária de 16 horas, nos dias 09 e 10 de novembro de 2022.	Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

**Nicolly Mendes de Paula / Superintendente de Ouvidoria e Participação Social**

Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos	
ENFOC 2022 - Práticas de Gestão em Ouvidorias na Era da Informação – TCE-ES, ministrado pelo instrutor Durval Senna, com carga horária de 16 horas, nos dias 16 e 17 de novembro de 2022.	Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

## 2.2. Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2022



**Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2022**

**1. Itens de abordagem prioritária**

**1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária**

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	CRFB/88, art. 168.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Contas de Governo

**1.2. Gestão Previdenciária**

1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.5	Parcelamentos de débitos previdenciários	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.9	Despesa Administrativa	• Lei 9.717/98, art. 6, VIII; • Portaria 403/2008, art. 15. • Lei Local.	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se o valor empenhado no exercício com despesa administrativa do RPPS está dentro do limite fixado em lei.	Contas de Gestão do RPPS

**1.3. Gestão Patrimonial**

1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo com	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.	Contas de Gestão (UG responsável pela Dívida Ativa)





	as demonstrações contábeis				
<b>1.4. Limites constitucionais e legais</b>					
Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.4.1	Educação – aplicação mínima	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.	Contas de Governo
1.4.4	Saúde – aplicação mínima	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012.	Contas de Governo
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Contas de Governo Contas de Poderes
<b>2. Itens de abordagem complementar</b>					
<b>2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA</b>					
2.1.17	Transparência na gestão	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Contas de Governo
<b>2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária</b>					
2.2.21	Transparência na gestão de instrumentos de planejamento demonstrativos fiscais	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Contas de Governo
<b>2.3. Gestão patrimonial</b>					
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
<b>2.5. Gestão Previdenciária</b>					
2.5.3	Alíquota de contribuição de Fixação	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária.	Contas de Governo e Contas de Gestão do RPPS
2.5.4	Alíquota de contribuição de Recolhimento	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei	Auditoria Governamental	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as	Contas de Gestão



		9717/1998, arts. 1º e 3º.	de conformidade	alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	(Todas as UG's)
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.5.15	Atuação dos conselhos de previdência	Lei 9.717 de 1998, art.1, VI; Portaria MPS 402/2008, art. 10, §3º e art. 12; Orientação Normativa MPS 02/2009, art. 15, I.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os membros do Conselho ou órgão deliberativo do RPPS possuem os seguintes critérios: efetividade, paridade, legitimidade e grau de instrução compatível com as atividades do RPPS.	Contas de Gestão do RPPS
2.5.20	Plano de Amortização – instituição por lei	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 18, §1º.	Conformidade (Verificação documental)	Verificar se foi instituído por lei plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial com prazo máximo de 35 anos.	Contas de Gestão do RPPS
2.5.43	Pagamento Indevido – medidas de controle	Art. 63 da Lei Federal 4.320/64	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se o RPPS adota medidas de controle para evitar o pagamento a beneficiários falecidos.	Contas de Gestão do RPPS
2.5.45	Despesa Administrativa – fixação em lei	Lei 9.717/98, art. 6. Portaria MPS 403/08, art. 15. Lei Local.	Conformidade (Verificação documental)	Verificar se o percentual para despesa administrativa foi fixado em lei.	Contas de Gestão do RPPS

## 2.6. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Legislação específica do órgão.	Auditoria governamental de conformidade	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Contas de Gestão (Todas as UG's)



Os pontos de controle prioritários e complementares acima foram extraídos da Instrução Normativa TC nº 68, de 08 de dezembro de 2020 que “estabelece critérios para a composição, organização e apresentação da prestação de contas anual, prestação de contas mensal, remessas de dados, informações e demonstrativos sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial, gestão fiscal e previdenciária, por meio eletrônico, ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e dá outras providências”.

### **Fiscalização e acompanhamento quanto ao cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação (PME)**

Em atendimento ao item 1.3 do Acórdão 00540/2019-1-Plenário, proferido nos autos do Processo nº 05960/2018-5, no âmbito do TCE-ES, a UCCI estabeleceu acompanhamento rotineiro das metas do Plano Municipal de Educação, haja vista o atendimento parcial das recomendações do controle interno, pela Secretaria Executiva de Educação, durante a execução do PAAI do exercício de 2021.

#### **2.2.1. Atividades de Auditoria – PAAI 2022 - FME**

#### **Pagamento da obrigação previdenciária patronal e retenção/repasse da contribuição previdenciária dos servidores**

A Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a lei que regulamenta os Regimes Próprios de Previdência Social, asseveram o dever de o ente público observar as alíquotas e prazos para pagamento, retenção e repasse das obrigações previdenciárias patronais e dos servidores.

O artigo 61 da Lei Municipal nº 3.631/2021, que instituiu a reforma da previdência no Município de Alegre, assim prevê:

**Art. 61** - A arrecadação e o recolhimento mensal das contribuições ou outras importâncias devidas ao Regime Próprio pelos segurados, pelo ente público ou pelo órgão que promover a retenção, deverão ser repassadas ao IPASMA até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da ocorrência do respectivo fato gerador.

Diante disso, foi realizado o monitoramento se os **pagamentos das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais** de cada Unidade Gestora, referente às alíquotas normais e suplementares, devidas ao Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre - IPASMA, bem como a **retenção/repasse da contribuição**



previdenciária dos servidores, foram repassados tempestivamente até o dia 20 de cada mês<sup>3</sup>, os quais, referentes ao exercício de 2022, ocorreram conforme tabela abaixo:

REFERÊNCIA	UNIDADE GESTORA	DATA LIMITE	DATA DO PAGAMENTO (PATRONAL)	DATA DO REPASSE (SERVIDOR)
JANEIRO	FMS	20/02/2022	10/02/2022	04/02/2022
	FME		08/02/2022	08/02/2022
	FMAS		08/02/2022	04/02/2022
	PMA		07/02/2022	07/02/2022
	SAAE		15/02/2022	15/02/2022
FEVEREIRO	FMS	20/03/2022	10/03/2022	09/03/2022
	FME		14/03/2022	09/03/2022
	FMAS		09/03/2022	09/03/2022
	PMA		09/03/2022	09/03/2022
	SAAE		16/03/2022	16/03/2022
MARÇO	FMS	20/04/2022	13/04/2022	06/04/2022
	FME		13/04/2022	08/04/2022
	FMAS		08/04/2022	05/04/2022
	PMA		06/04/2022	06/04/2022
	SAAE		19/04/2022	19/04/2022
ABRIL	FMS	20/05/2022	10/05/2022	09/05/2022
	FME		12/05/2022	10/05/2022
	FMAS		10/05/2022	05/05/2022
	PMA		10/05/2022	10/05/2022
	SAAE		16/05/2022	16/05/2022
MAIO	FMS	20/06/2022	15/06/2022	03/06/2022
	FME		15/06/2022	03/06/2022
	FMAS		15/06/2022	03/06/2022
	PMA		02/06/2022	02/06/2022
	SAAE		20/06/2022	20/06/2022
JUNHO	FMS	20/07/2022	15/07/2022	06/07/2022
	FME		14/07/2022	14/07/2022
	FMAS		08/07/2022	05/07/2022
	PMA		08/07/2022	08/07/2022
	SAAE		06/07/2022	06/07/2022
JULHO	FMS	20/08/2022	11/08/2022	03/08/2022
	FME		09/08/2022	09/08/2022
	FMAS		09/08/2022	04/08/2022
	PMA		03/08/2022	03/08/2022
	SAAE		19/08/2022	19/08/2022
AGOSTO	FMS	20/09/2022	13/09/2022	05/09/2022

<sup>3</sup> Artigo 61 da Lei Municipal nº 3.631/2021.



	FME		12/09/2022	05/09/2022
	FMAS		06/09/2022	05/09/2022
	PMA		05/09/2022	05/09/2022
	SAAE		20/09/2022	20/09/2022
SETEMBRO	FMS	20/10/2022	10/10/2022	04/10/2022
	FME		10/10/2022	06/10/2022
	FMAS		10/10/2022	04/10/2022
	PMA		10/10/2022	10/10/2022
	SAAE		18/10/2022	18/10/2022
OUTUBRO	FMS	20/11/2022	10/11/2022	04/11/2022
	FME		10/11/2022	08/11/2022
	FMAS		09/11/2022	07/11/2022
	PMA		08/11/2022	08/11/2022
	SAAE		18/11/2022	18/11/2022
NOVEMBRO	FMS	20/12/2022	13/12/2022	21/12/2022
	FME		07/12/2022	07/12/2022
	FMAS		08/12/2022	05/12/2022
	PMA		08/12/2022	08/12/2022
	SAAE		19/12/2022	21/12/2022
DEZEMBRO	FMS	20/01/2022	30/12/2022	03/01/2023
	FME		30/12/2022	30/12/2022
	FMAS		04/01/2023	30/12/2022
	PMA		05/01/2023	05/01/2023
	SAAE		30/12/2022	30/12/2022

Dessa forma, infere-se que a fiscalização ocorreu de maneira efetiva, sendo os prazos para pagamentos, retenções e repasses respeitados quase que em sua integralidade, **com exceção apenas dos repasses realizados pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS e pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Alegre, relativos à competência do mês de novembro/2022**, os quais ocorreram no dia seguinte ao vencimento.

Em virtude do referido atraso, foi formalizada **recomendação** aos responsáveis pelas Unidades Gestoras mencionadas no parágrafo anterior, para que efetuassem o **ressarcimento** aos cofres públicos dos valores relativos aos **encargos financeiros** decorrentes do atraso no repasse da contribuição previdenciária retida dos servidores, referente à competência de novembro/2022. Sendo que, até o encerramento da presente ação de fiscalização, apenas o gestor responsável pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS havia realizado o supradito ressarcimento.

#### Limites constitucionais e legais - Educação



O limite mínimo anual de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino é estabelecido conforme determina a Constituição Federal em seu artigo 212: “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

O subitem 1.4.1, que trata sobre limites constitucionais e legais, analisa se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

Durante o exercício de 2022, observou-se que, embora realizados alertas de maneira sistemática pela Unidade Central de Controle Interno, o Município de Alegre, **em alguns meses, não atingiu o limite mínimo exigido** para aplicação de recursos voltados à manutenção e desenvolvimento de ensino, conforme se observa da tabela abaixo:

MÊS	PERCENTUAL APLICADO	OFÍCIO DE ALERTA
ABRIL	20,59%	OFÍCIO Nº 107/2022
JUNHO	18,04%	OFÍCIO Nº 180/2022
JULHO	21,92%	OFÍCIO Nº 208/2022
AGOSTO	23,65%	OFÍCIO Nº 257/2022
SETEMBRO	24,25%	OFÍCIO Nº 283/2022
NOVEMBRO	24,23%	OFÍCIO Nº 323/2022

Ocorre que, consoante as informações constantes do Painel de Controle do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, ao final do mês de dezembro, refletem que o Município de Alegre aplicou o equivalente a **28,74% (vinte e oito inteiros e setenta e quatro centésimos por cento)** da receita resultante de impostos e transferências voluntárias na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Ademais, para cumprir com a disposição do Parágrafo único do art. 119, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, o ente deve **complementar, na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado.**





No **exercício de 2021**, o Município de Alegre aplicou R\$ 14.201.646,78 (quatorze milhões, duzentos e um mil, seiscentos e quarenta e seis reais e setenta e oito centavos), ao passo que deveria aplicar, no mínimo, R\$ 14.586.807,19 (quatorze milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, oitocentos e sete reais e dezenove centavos), gerando um **déficit de R\$ 385.160,41 (trezentos e oitenta e cinco mil, cento e sessenta mil reais e quarenta e um centavos)**.

No **exercício de 2022**, o Município de Alegre aplicou R\$ 20.906.181,33 (vinte milhões, novecentos e seis mil, cento e oitenta e um reais e trinta e três centavos), sendo que o mínimo exigido a ser aplicado era de R\$ 18.184.819,57 (dezoito milhões, cento e oitenta e quatro mil, oitocentos e dezenove reais e cinquenta e sete centavos), ocasionando um **superávit de R\$ 2.721.361,76 (dois milhões, setecentos e vinte e um mil, trezentos e sessenta e um reais e setenta e seis centavos)**.

#### **Alíquota de Contribuição - Fixação**

O ponto de controle em questão trata sobre a fixação das alíquotas de contribuição, demanda a verificação das alíquotas vigentes na legislação local, a fim de identificar sua correspondência com aquelas especificadas pela legislação previdenciária.

No que tange à **contribuição previdenciária** dos servidores públicos, a **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**, assim dispõe:

Art. 9º Até que entre em vigor lei complementar que discipline o § 22 do art. 40 da Constituição Federal, aplicam-se aos regimes próprios de previdência social o disposto na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e o disposto neste artigo.

(...)

§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os **Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado**, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.

[...]

Art. 11. Até que entre em vigor lei que altere a alíquota da **contribuição previdenciária** de que tratam os arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, **esta será de 14% (quatorze por cento)**. (grifo nosso)



Nesse diapasão, a **Lei Municipal nº 3.631, de 06 de abril de 2021**, em seu artigo 57, fixou a alíquota de contribuição previdenciárias dos servidores públicos efetivos municipais em 14% (quatorze por cento). Senão, veja-se:

Art. 57 - **A contribuição previdenciária dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Município**, inclusive da Administração Indireta e do Poder Legislativo, será mantida em **14% (quatorze por cento)**, incidindo sobre a base prevista no art. 60 desta Lei.

Dessa forma, infere-se que **a legislação local é harmônica com a legislação previdenciária (EC 109/2019)** que fixa diretrizes para os regimes próprios, respeitando, assim, os limites mínimos estabelecidos para contribuição previdenciária de servidores públicos municipais de cargo de provimento efetivo.

Em relação à **contribuição patronal** a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, em seu artigo 2º, assevera o seguinte:

Art. 2º A **contribuição** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios**, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores **não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição**. (grifo nosso)

Em âmbito municipal, a Lei nº 3.631/2021, em seu artigo 55, § 2º, assim estabelece:

Art. 55 - A contribuição previdenciária patronal do Município, da Câmara, e das autarquias não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.

(...)

§2º - O plano de custeio mensal para o RPPS do Município de Alegre, relativamente às alíquotas de **contribuição patronal**, incidentes sobre a somatória das bases de contribuição dos seus respectivos servidores em atividade, é de **22% (vinte e dois por cento)**, sendo 19% (dezenove por cento) a título de contribuição previdenciária e 3% (três por cento) para o custeio das despesas administrativas do regime próprio. (grifo nosso)

Diante disso, considerando que a alíquota de contribuição previdenciária dos servidores ativos é de 14% (quatorze por cento), ao passo que seu dobro é 28% (vinte e oito por cento), denota-se que **a porcentagem fixada pela Lei Municipal nº 3.631/2021, qual seja 22% (vinte e**



dois por cento), encontra-se em consonância com as diretrizes fixadas pela legislação federal previdenciária.

### **Alíquota de Contribuição - Recolhimento**

A ação de fiscalização em testilha trata sobre gestão previdenciária, analisando se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.

Em termos específicos, o Regime Próprio de Previdência no Município de Alegre observa as diretrizes fixadas pela Lei Municipal nº 3.631/2021, a qual estabelece, respectivamente, no *artigo 55, § 2º*, e no *artigo 57*, as alíquotas de contribuição patronal e de contribuição previdenciária dos servidores públicos, quais sejam **22% (patronal)** e **14% (servidores)**.

Consoante o consignado no **OF. Nº 004/2023 - DIRETORIA RH SESA/SEAD/SEED**, infere-se que os descontos previdenciários e as contribuições patronais do ano de 2022 **obedeceram às alíquotas de contribuição previstas na legislação previdenciária local**.

### **Pessoal - Função de Confiança e Cargos em Comissão**

A ação de fiscalização em tela trata sobre a verificação se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. Além da avaliação, nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, se a legislação específica está sendo observada.

Com o intuito de obter as informações essenciais para a supramencionada análise de conformidade, esta Unidade Central de Controle Interno encaminhou à Secretaria Executiva de Administração - SEAD o **OFÍCIO Nº 119/2022 - UCCI / SEAD**, reiterado pelo **OFÍCIO Nº 181/2022 - UCCI / SEAD**.

Em resposta, a SEAD, por meio do **OFÍCIO Nº 081/2022/SEAD/PMA**, encaminhou a relação completa dos servidores ocupantes de cargos comissionados e funções gratificadas, onde, numa análise superficial, não foram identificados desvios de função.

Vale destacar a lentidão dos equipamentos de informática da Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura de Municipal de Alegre, apresentando demora demasiada na emissão de



relatórios para conferência das informações, o que impacta substancialmente no desenvolvimento das atividades daquele setor, o qual exerce gestão direta e integral da vida funcional de todos os servidores públicos municipais.

Noutro ponto, visando conferir detidamente a regularidade na ocupação dos cargos e funções foram realizadas ligações para as secretarias e setores específicos, sendo identificadas inconsistências no funcionamento dos telefones da prefeitura de alegre, como, por exemplo, telefones que chamam, mas não completam a ligação para o setor, e telefones que chamam, mas o setor ainda não foi equipado com o aparelho telefônico necessário para garantir o funcionamento da comunicação.

Após todos os esforços engendrados pela Unidade Central de Controle Interno em confrontar as informações contidas no relatório fornecido pela SEAD, conclui-se, de maneira exauriente, que as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, inexistindo quaisquer casos de desvio de função.

Em relação ao disciplinamento de condições e percentual mínimo para cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, denota-se que não é o caso do Município de Alegre, vez que **a legislação local específica não dispõe sobre tal reserva de cargos.**

Diante disso, considerando as informações fornecidas a esta Unidade Central de Controle Interno, infere-se a **regularidade na ocupação de cargos comissionados e funções gratificadas.**

### **Pessoal - Contratação por Tempo Determinado**

O presente ponto de controle, que trata sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, demanda a verificação da existência de lei específica disciplinando as contratações, observando se estas destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.

Sobre contratações temporárias, a **Constituição Federal** preceitua o seguinte:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)



IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

A supradita lei, em âmbito **federal**, que trata sobre a contratação por tempo determinado é a **Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993**, que assim menciona:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Federal direta, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Em nível **estadual**, a legislação que disciplina a matéria ora tratada é a **Lei Complementar nº 809, de 23 de setembro de 2015**, a qual dispõe o que segue:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações públicas do Poder Executivo poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei Complementar.

No **Município de Alegre**, é a **Lei nº 3.611, de 15 de dezembro de 2020** que disciplina as contratações temporárias. Senão, veja-se:

Art. 1º - Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da administração direta e as autarquias do Poder Executivo poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Na citada legislação local, a caracterização do interesse público é delimitada em seu art. 2º:

Art. 2º - Considera-se necessidade temporária de **excepcional interesse público**:

- I. - assistência a situações de calamidade pública;
- II. - assistência a emergências em saúde pública, inclusive surtos epidemiológicos;
- III. - contratação de pessoal em casos de programas de governo temporários;
- IV. - contratação de professor substituto para suprir a falta na respectiva carreira em decorrência:
  - a) de exoneração, demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento ou licença;



b) do exercício de cargo comissionado, de função gratificada ou da composição de equipe de trabalho em atividades no âmbito da Secretaria Executiva de Educação;

c) da expansão das instituições municipais de ensino.

V - contratação para substituir servidor efetivo que esteja afastado de seu cargo em decorrência de nomeação para o exercício de cargo comissionado ou função gratificada, licença maternidade, licença médica, exoneração ou demissão, falecimento e aposentadoria;

VI - atividades técnicas especializadas decorrentes da implantação de novos órgãos ou novas entidades públicas, da efetivação de novas atribuições definidas para o órgão ou entidade pública, ou do aumento transitório no volume de trabalho;

VII - atividades técnicas especializadas de tecnologia da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho, que não se caracterizem como atividades permanentes do respectivo órgão ou entidade;

VIII - prestação de serviços públicos essenciais ou urgentes, caso as vagas ofertadas em concurso público não tenham sido completamente preenchidas;

IX - atividades especializadas de apoio a alunos com deficiência.

Já o caráter temporário é estabelecido pelo art. 4º, conforme se observa a seguir:

Art. 4º - As contratações previstas nesta Lei serão feitas mediante contrato administrativo de prestação de serviços com **tempo determinado**, observados os seguintes **prazos máximos**:

I. - 06 (seis) meses, nos casos dos incisos I e II do art. 2º desta Lei;

II. - 12 (doze) meses, nos casos dos incisos V, VIII e IX do art. 2º desta Lei;

III. - 24 (vinte e quatro) meses, nos casos dos incisos III e IV do art. 2º desta Lei;

IV. - 36 (trinta e seis) meses, nos casos dos incisos VI e VII do art. 2º desta Lei.

Parágrafo Único - Apenas os prazos estabelecidos nos incisos I, II, III e IV deste artigo admitem prorrogação, por igual período

Assim sendo, denota-se que **a legislação local específica é simétrica às disposições dos entes hierarquicamente superiores**, estando de acordo com o preceituado pela Constituição Federal, bem como com os Princípios Administrativos inerentes à matéria, atendendo, portanto, os requisitos de **necessidade temporária** das contratações e **excepcionalidade do interesse público**.

**Plano Municipal de Educação - PME**





Por se tratar de um item cujo monitoramento transcendeu o exercício de 2021, esta Unidade Central de Controle Interno, durante o exercício de 2022, questionou a Secretaria Executiva de Educação quanto as medidas adotadas visando o atendimento das metas do Plano Municipal de Educação - PME, solicitando que fosse especificado o que já havia sido cumprido, quais objetivos ainda não foram alcançados, e o planejamento da referida Secretaria para que os itens não atendidos fossem, então, satisfeitos.

Por meio do **OFÍCIO Nº 0309/2022/SEED/PMA**, datado de *28 de setembro de 2022*, a Secretaria Executiva de Educação informou que devido a saída de alguns membros do Fórum Permanente de Educação, bem como da dificuldade em reunir os membros remanescentes, foi indispensável a edição de Decreto nomeando novos integrantes, visando proporcionar maior agilidade nos trabalhos voltados ao atingimento das metas do Plano Municipal de Educação.

Após novas cobranças por parte desta Unidade Central de Controle Interno, a Secretaria em comento, através do **OFÍCIO Nº 0414/2022/SEED/PMA**, apresentou Relatório Parcial de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, onde foi relatado que o processo de monitoramento do PME é um ato contínuo de observação e de extrema importância, vez que possibilita significativa melhora na qualidade técnica dos diagnósticos e a ampliação da participação social na fiscalização de cada meta.

Frente a tal característica contínua do monitoramento acima elencado, a Secretaria Executiva de Educação salientou que **a equipe técnica promoverá a fiscalização e a avaliação das estratégias de cada meta do Plano Municipal de Educação no exercício de 2023**, estabelecendo, para tanto, **cronograma de reuniões periódicas**, de forma a elaborar documento preliminar que balizará todo o trabalho de monitoramento.

Dessa forma, observa-se que, embora não tenham sido integralmente atendidas as recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCE-ES, estabelecidas no Acórdão TC 00540/2019-1-Plenário, proferido nos autos do Processo TC 05960/2018-5, ainda que reforçadas por esta UCCI, **a fiscalização do ponto em questão foi realizada de forma incisiva, restando pendentes ações a serem implementadas pela Secretaria Executiva de Educação**. Motivo pelo qual, **o supramencionado ponto de controle será incluído no Plano Anual de Auditoria Interna do exercício de 2023**, para que haja continuidade no acompanhamento, primando pelas devidas correções e adequações na atuação da SEED quanto as metas do PME.



### 2.3. Elaboração do PAA e do PAAI 2023

Em cumprimento com a meta estabelecida para o exercício de 2022 o **Plano Anual de Atividades – PAA** e o **Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI**, para o exercício de 2023, já foram confeccionados, bem como aprovados pelo Chefe do Poder Executivo, e se encontram disponíveis para consulta no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre.

### 2.4. Atendimento às Demandas Advindas dos Órgãos de Controle Externo (2022)

Durante o exercício de 2022, a UCCI foi acionada a se manifestar e monitorar diversos procedimentos advindos de fiscalizações e recomendações dos Órgãos de Controle Externo, dentre os quais destacamos:

Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
MPES	Processo PMA 3490/2021  Procedimento Preparatório do Ministério Público  PP MPES nº 2021.0001.3122-47  PMA FME	Irregularidade na execução de contratos administrativos / Serviços de Engenharia / Procedimento Administrativo para apuração de irregularidades / Instrução Normativa SCI-IN 04	Apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, CF).  Elaboração de Instrução Normativa voltada a regular os fluxos e rotinas voltadas a instauração e conclusão de procedimentos administrativos para apuração de irregularidades na execução de contratos com o poder público.  Recomendações direcionadas aos envolvidos para esmerita observância das regras previstas na norma procedimental afeta ao assunto. Alertando sobre a imperiosa necessidade de conclusão da apuração, a fim de aplicar (ou não), a contendo, eventual penalidade aos infratores.
MPES	Processo PMA 4877/2021  Procedimento MPES 2021.0015.5407-36  FME	Pregão Presencial para Registro de Preços nº 002/2020 / Extintores de Incêndio / Apuração de Irregularidades	Apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, CF).  Recomendação ao Secretário Executivo de Educação para abertura de procedimento



		<p>administrativo visando a elucidação do assunto instado à apuração, bem como a notificação das empresas envolvidas no certame.</p> <p>Questionamento sobre a periodicidade de reuniões da Comissão Especial instaurada para apuração de eventuais irregularidades quanto ao imbrólio em questão, e ainda, questionamento sobre as atividades desenvolvidas para a conclusão do caso.</p> <p>Recomendação para emissão de Relatório Final da Comissão Especial, abordando:</p> <p>(1) Número e assunto do processo objeto de fiscalização;</p> <p>(2) Identificação dos responsáveis contendo nome, CPF ou CNPJ, endereço e, se servidor, cargo, matrícula e período de exercício;</p> <p>(3) Relato cronológico das situações e dos fatos, com indicação dos atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos de cada um dos responsáveis, com a indicação das folhas nos autos dos documentos e instrumentos que respaldaram os atos da comissão;</p> <p>(4) O enfrentamento dos questionamentos apontados pela UCCI; e</p> <p>(5) Parecer conclusivo e outras informações consideradas necessárias.</p>
--	--	---

**Unidade Central de Controle Interno – Procedimentos Internos (74, IV, CF)**

Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
UCCI	Processo PMA 1866/2021  eSocial  PMA, UG's e Autarquias	Implementação do eSocial no âmbito da administração direta e indireta do Município de Alegre	Apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, CF).  - Aos Diretores de Autarquias Municipais,



			<p>FAFIA, IPASMA e SAAE:</p> <p>a) Consagrando o princípio da eficiência administrativa, previsto expressamente no art. 37, caput, da Constituição Federal, que disponibilizem meios para que todos os servidores que atuem em áreas relacionadas a Contabilidade e Recursos Humanos, sejam eles efetivos ou comissionados, realizem cursos de capacitação sobre o eSocial aplicado ao Setor Público;</p> <p>b) Que confeccione, com urgência, um Plano de Trabalho, tal como foi feito pela Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Alegre, para a efetiva implementação do eSocial no âmbito de sua respectiva Autarquia Municipal.</p> <p>- Ao Secretário Executivo de Administração, Sr. Wagner de Pinho Pires:</p> <p>a) Que apresente, com urgência, resposta por escrito à DRH quanto à homologação, pela SEAD, das práticas administrativas e do Plano de Trabalho, que foram apresentados através do Ofício nº 058/2021;</p> <p>b) Caso aprovado, seja determinado à DRH o envio do informativo eSocial aos demais setores envolvidos para ciência de suas obrigações e do cronograma federal para a implementação do sistema, nos termos do Ofício nº 058/2021;</p> <p>c) Que por ato administrativo próprio promova a regulamentação dos itens constantes às fls. 04/05 do Ofício nº 058/2021, especialmente quanto aos prazos indicados pela DRH;</p>
--	--	--	--



			<p>d) Que instaure procedimentos administrativos próprios, com urgência, visando sanar as possíveis irregularidades apontadas nos itens 2, 5 e 7 – fls. 08/09 – Ofício nº 058/2021;</p> <p>e) Que apresente, com urgência, resposta por escrito à DRH quanto à aprovação, pela SEAD, dos itens 1/5 – fl. 09 – Ofício nº 058/2021, lembrando que tais requerimentos se mostram razoáveis e necessários ao bom funcionamento do setor;</p> <p>f) Que em conjunto com o Secretário Executivo de Educação, viabilizem meio e alterações necessárias, para que o setor de Recursos Humanos da SEED atue em harmonia com a DRH PMA, evitando, desta forma, conflitos nas informações prestadas e/ou embaraços na execução do Plano de Trabalho;</p> <p>g) Em complementação às recomendações já expedidas pela Controladoria, que foram consubstanciadas nas recomendações do Ministério Público Estadual, que a efetiva implementação do sistema biométrico (identificação por leitura das impressões digitais) de controle de frequência no âmbito da Prefeitura Municipal de Alegre;</p> <p>Monitoramento GRUPO 4 – Órgãos públicos (fases 1, 2, 3 e 4).</p>
UCCI	Processo PMA 28/2022 (GED)  Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE / Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE / Prestação de Contas	Apoio ao controle externo do exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, CF).  Foi expedida, em 17 de



	FME	Exercício de 2018 / Janeiro de 2022, Resolução CD/FNDE nº recomendação ao 26/2013 / Processo nº Secretário Executivo de 23034.002980/2020-45 / Educação para correção Parecer Conclusivo nº das seguintes 909/2021/DAESP/COPRA/C inconsistências: GAPC/DIFIN.	a) Não cumprimento dos parâmetros numéricos mínimos de referência de Nutricionistas; b) O cardápio elaborado foi parcialmente cumprido; c) No cardápio não estavam descritas as informações nutricionais, nem o percentual atendido das necessidades diárias; d) O cardápio informado não apresentou 3 porções de frutas e hortaliças semanais; e) Não havia cardápio para atendimento dos alunos com necessidades nutricionais específicas f) Não foi aplicado teste de aceitabilidade; g) O controle de estoque não foi realizado adequadamente pela entidade executora nas escolas e/ou no armazém; h) Não foi desenvolvida atividade de Educação Alimentar e Nutricional; i) Não houve Plano de Ação anual do CAE; j) O CAE não acompanhou os processos de compras dos gêneros alimentícios; k) Atuação deficiente do Conselho de Alimentação Escolar; l) Produtos com qualidade alterada identificados em escolas da rede municipal; m) Acúmulo das funções de nutricionista e fiscal de contrato do programa PNAE pela mesma pessoa, contrariando o princípio da segregação de funções; n) Quantidade de nutricionistas em desacordo com resolução do Conselho Federal de Nutrição (CFN); o) Utilização de pregão na forma presencial em detrimento da forma eletrônica; p) Falhas nos controles administrativos municipais quanto à gestão do estoque dos produtos da
--	-----	---	--





			merenda escolar; q) Ausência de comprovação de distribuição de produtos da merenda escolar para as escolas, acarretando em prejuízo de R\$ 56.142,10.
--	--	--	--

## 2.5. Tomada de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos Instaurados (2022)

Durante o exercício de 2022, em relação ao FME, não foram instauradas Tomadas de Contas Especiais.

## 2.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, na forma como determinam a Lei nº 3.582/2020, assim como as normas específicas do TCE-ES (Instrução Normativa nº 68/2020 e Resolução nº 227/2011), a Unidade Central de Controle Interno apresenta para apreciação desta Egrégia Corte de Contas do Estado do Espírito Santo o presente **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO – RELACI – 3.2.24 (FME)**.

De acordo com os resultados apresentados neste relatório fica evidenciado que as atividades da UCCI, no exercício de 2022, foram pautadas pelo compromisso de agregar valor à gestão das diversas áreas da administração municipal, bem como pelo atendimento do PAA e do PAAI, atentando sempre para o cumprimento dos princípios que regem a atuação da administração pública (art. 37, CF).

Apesar dos fatos relevantes que impactaram as atividades da UCCI, percebe-se com clareza que cumprimos com as nossas atribuições e competências, ao assistir o Poder Executivo do Município de Alegre na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias na execução dos trabalhos nas diversas áreas, nos controles internos administrativos e ao sugerir soluções para as inconsistências detectadas, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.

Alegre/ES, 24 de março de 2023.

**KASSIO VALADARES AMORIM**  
Controlador Geral do Município  
Decreto Municipal nº 11.581/2020